

MPF vai punir quem incentiva intolerância nas universidades

De ânimos serenados, os meios acadêmicos aplaudem os procuradores do MPF que se comprometeram a processar quem incentive o confronto ou que promova ofensas nos 'campi'.

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Caminha para um arrefecimento, os altos níveis de intolerância, que nos últimos dias atingiu, em cheio, as universidades brasileiras e contaminou um espaço, em que a liberdade de expressão e de pensamento devem ser garantidos e trabalhados de forma crítica. A razão desta boa expectativa deve-se à postura do Ministério Público Federal (MPF) que garantiu à Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) coibir "as ações e atitudes incompatíveis com o mundo civilizado".

De ânimos serenados, os meios acadêmicos aplaudem os procuradores do MPF que se comprometeram a processar quem incentive o confronto ou que promova ofensas nos 'campi'. "A orientação é buscar o diálogo sempre declarou, por telefone, o presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte. "Para nós, foi uma grata satisfação o MPF anunciar, em nossa reunião do Pleno (envolvendo reitores), de que vai defender a democracia dentro das instituições. Afinal, a intolerância é um grave distúrbio social e, de maneira velada, vem sendo vivenciada na maioria das nossas universidades", ressaltou.

O reitor da Universidade Federal do Espírito Santo informou que a reunião, onde o MPF assumiu esta postura de enfrentamento contra a intolerância já estava agendada há meses. "Nós nos reunimos dois meses antes com eles e marcamos esta reunião para que pudessem entender como funciona as Comissões de Verificação do Sistema de Cotas (negros, índios, etc)". Na oportunidade, o dirigente fez considerações sobre um conjunto de atos, "que ocorreram na atual conjuntura, em especial, no cerceamento da autonomia universitária".

PLURALIDADE

O reitor da universidade federal do Espírito Santo



Foto: Romildo de Jesus

Reinaldo Centoducatte ressalta a pluralidade da sociedade brasileira. "Todo espectro político e ideológico existente cabe em nosso espaço acadêmico. Mas, o que não pode haver, é o constrangimento à livre manifestação de pensamento. Queremos garantir uma convivência respeitosa a todos e estamos trabalhando para pacificar e baixar essa fervura, chamando as pessoas ao diálogo para que os limites não sejam ultrapassados".

E de forma bem clara esclarece: "Aquele que passar fora da normalidade vamos acionar o MPF para que tome as devidas providências. Nós mesmo recebemos orientações de que a gestão universitária deve propiciar direito amplo de pensar, expressar e se manifestar de todos os atores, que convivem no meio acadêmico". E foi ainda mais incisivo: "O ato impensado e arbitrário da Justiça Eleitoral, de invadir as universidades, não deve persistir, pois não faz parte daquilo que a Constituição nos garante".

Neste episódio, em especial, a Andifes manifestou o seu repúdio e preocupação com as ações de agentes da Justiça Eleitoral que "almejavam censurar a liberdade de expressão de estudantes, técnicos e professores das universidades públicas federais". No seu posiciona-

mento, a instituição reafirmou: "A defesa dos princípios constitucionais, sintetizados no Art. 5 da CF, tem de ser celebrada e apoiada por todo o Poder Judiciário, e jamais pode ensejar medidas coercitivas abusivas e inconstitucionais".

A nota da Andifes diz, ainda que "as universidades públicas seguirão exercendo o preceito constitucional da Autonomia Universitária, fundamento da liberdade de cátedra, para fomentar a ciência, a tecnologia, a cultura e a arte necessárias ao desenvolvimento social do país".

AUTONOMIA

Em resposta, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a entrada de policiais em universidades ordenada por Tribunais Regionais Eleitorais. Na sua decisão, a ministra Cármen Lúcia escreveu: "A Constituição assegura a liberdade de ensinar, aprender e divulgar livremente o pensamento e que o pluralismo de idéias está na base da autonomia universitária".

Disse, também, que "pensamento único é para ditadores. Verdade absoluta é para tiranos. A democracia é plural em sua essência. E é esse princípio que assegura a igualdade de direitos individuais na diversi-

dade dos indivíduos". Neste período, universidades de pelo menos nove estados foram alvos de operações policiais autorizadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

A liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia atendeu a um pedido do Ministério Público Federal (MPF) para evitar e reparar os danos causados pelas ordens de busca e apreensão em universidades públicas e privadas e para que seja proibido o ingresso e a interrupção de aulas, palestras ou debates e o interrogatório de professores, alunos ou de outros cidadãos nas instituições de ensino.

Na ação, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, cita que, além das decisões judiciais, aconteceram "episódios de ação policial presumidamente sem respaldo da Justiça e outras em cumprimento a decisões judiciais, mas sem fundamento válido". Por isso, a decisão da ministra Cármen Lúcia vale para "atos judiciais ou administrativos, emanados de autoridade pública", o que inclui as polícias.

Finalmente, a ministra Cármen Lúcia disse, ainda, "que toda interpretação da norma jurídica que restrinja ou impeça a manifestação da liberdade é inconstitucional e inválida".

de um imenso contingente de crianças desamparadas. Esse programa vai beneficiar milhões de brasileiros carentes, merecendo o reconhecimento do povo brasileiro diante dessa extraordinária atuação.

Muitos ainda se lembram dos serviços prestados pelo Correio Aéreo Nacional-CAN, quando nossos bravos aviadores levavam mantimentos e medicamentos aos nossos índios e aos necessitados nos mais longínquos rincões do nosso país. Juntando-se todos esses serviços e todos os esforços de nossas instituições militares para concretizá-los, não se pode perder a oportunidade de entregar a seus heróis o dever de prestar os mais urgentes e necessários serviços de sobrevivência a essa população sofrida.

Acrescente-se a isso a atuação da nossa Marinha na proteção do litoral brasileiro e nos serviços prestados, em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, fornecendo às populações ribeirinhas a assistência à saúde em seus Navios de Assistência Hospitalar (Nash), último refúgio de uma fé jamais perdida, já que essas unidades são conhecidas como "Navios da Esperança".

"Baltazar Miranda Saraiva é desembargador, presidente da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e membro da Comissão de Igualdade do TJBA, do Conselho da Magistratura TJBA, da Associação Bahiana de Imprensa (ABI), da Sociedade Amigos da Marinha (SOAMAR) e Vice-Presidente Social, Cultural e Esportivo da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (ANAMAGES).

ENCONTRO É ATÉ HOJE

Unidade gestora do Mané Dendê faz capacitação com o BID

Técnicos e dirigentes da Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), Casa Civil e Superintendência de Obras Públicas do Salvador (Sucop) que atuam na unidade gestora do Projeto Mané Dendê participaram, nesta quarta-feira (31), do primeiro dia de capacitação com especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para montagem do amplo projeto socioambiental que será executado pela Prefeitura no Subúrbio Ferroviário. O encontro aconteceu no Empresarial Thomé de Souza, na Avenida ACM, e segue até hoje (1º).

Os analistas do BID iniciaram a atividade discutindo conceitos referentes à Estrutura Analítica de Projetos (EAP), ferramenta que constitui o primeiro passo para o planejamento de um projeto, ao fornecer uma visão estruturada de ações, agenda, gerenciamento de riscos, distribuição de tarefas e entregas. Esse instrumento foi usado para uma dinâmica com os participantes, que montaram uma espécie de lista de tarefas para confecção do escopo do Novo Mané Dendê.

Na prática, o projeto consiste em uma gama de ações de sustentabilidade social, econômica, urbana e ambiental que será executada em Alto da Terezinha, Pla-

taforma, Ilha Amarela, Itacaranhá e Rio Sena. Para tanto, será disponibilizado um montante de R\$502 milhões, sendo metade dos recursos da gestão municipal e o restante proveniente do BID. Trata-se do maior investimento público da história da Prefeitura de Salvador na área do Subúrbio da cidade - o contrato de financiamento foi assinado pelo prefeito ACM Neto em junho passado.

De acordo com a presidente da FMLF, Tânia Scofield, há atualmente um projeto básico desenvolvido, que vem sendo discutido com moradores das comunidades que serão beneficiadas. "Pelo fato do projeto ter uma dimensão social e física muito grande, são necessários vários estudos e reuniões com os moradores. Por isso, estamos trabalhando em toda a área da sub-bacia do Rio Mané Dendê, que contempla cerca de 34 mil pessoas", explicou Scofield, que marcou presença no curso.

A titular da FMLF acrescentou que o projeto Novo Mané Dendê abarcará inclusive o reassentamento de moradores dos bairros que serão alcançados, além de promoção de programas de geração de renda dos cidadãos. "Vamos continuar debatendo com a comunidade nos próximos meses. Já fizemos nove reuniões para passar informações e tirar dúvidas", destacou.

Decoração de Natal do Salvador Norte é inaugurada

Toda a família vai curtir a chegada do Papai Noel e a inauguração da decoração do Natal do Shrek no Salvador Norte Shopping. O evento será celebrado com um grande espetáculo, que envolve teatro e música, com a participação especial dos personagens do Shrek e da Blitz Intervenções. O Bom Velinho fará a abertura no dia 09 de novembro (sexta-feira), às 19h, no piso L3. A entrada é gratuita. O shopping aposta, mais uma vez, em uma decoração interativa e licenciada, cujo tema foi escolhido por representar a celebração da festa entre família e amigos. O projeto exclusivo é assinado pela 2a1 Cenografia, considerada uma das maiores empresas do segmento. Este ano, a decoração externa pela primeira vez será executada pela Blachère Illumination, empresa internacional responsável pela decoração de importantes pontos turísticos pelo mundo, como a Torre Eiffel e a Champs-Élysées.

Brasil clama por renovação, diz Gamil Föppel

"O Brasil clama por renovação, em todas as instituições, por isso nós queremos levar ordem para a ordem, fazer com que a OAB-BA tenha uma gestão profissional, com metas, com prazos, cronogramas, relatórios gerenciais, moralidade, impessoalidade e transparência em tudo", enfatizou o candidato à presidência da OAB-BA Gamil Föppel, durante entrevista ontem pela manhã à rádio Digital, no município de Alagoinhas.

Larissa Camandaroba, candidata a vice-presidente, na chapa, diz que aceitou o desafio com o objetivo principal de conferir visibilidade às dificuldades da advocacia no interior, que são muitas. "Nós sofremos todos os dias com a falta de servidores, juízes, membros do ministério público, fechamento de diversas comarcas e por fim a desativação da câmara do Oeste. Com a ajuda de todos vamos iniciar um novo tempo de integração", salientou.

ARTIGO

Baltazar Miranda Saraiva

As Forças Armadas protegendo os nordestinos

Existem nas Forças Armadas quadros de profissionais militares que se dedicam a prestar assistência social aos mais carentes, ocupando um espaço que apresenta particularidades que vão desde a legislação própria, até ações, serviços e programas específicos para o atendimento dos necessitados. Nossos bravos soldados atuam de acordo com o que determina nossa Lei Maior.

Como se sabe, em se tratando de profissionais militares, a Constituição de 1988 lhes dedica um capítulo específico, proibindo sua sindicalização, fazer greve, filiação partidária e atuação política sob qualquer forma, exceto por ocasião do exercício da cidadania, ou seja, o voto. Não têm, sequer, o direito ao habeas corpus em relação a punições disciplinares. Apenas possuem uma justiça especializada e dotada de um Tribunal próprio para executar a Justiça Militar, composta por juizes nos tribunais e por procuradores no Ministério Público Militar, sujeitos a uma legislação específica (Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/98), instrumento regulador dos seus direitos e deveres.

Outras peculiaridades da carreira militar são o risco de morte em defesa da pátria e de suas instituições, além da dedicação integral e exclusiva às unidades militares a que pertencem, sem qualquer remuneração adicional ou compensação, mesmo durante as férias, e sujeitos à movimentação para qualquer região do

país em qualquer época do ano. Há ainda a exigência pelo elevado nível de aptidão física, visto que, mesmo na inatividade, pode convocá-lo a retornar ao serviço quando a pátria necessitar.

Este profissional não possui remuneração pelo trabalho noturno nem jornada de trabalho diária limitada a oito horas; não possui repouso semanal remunerado nem recebe horas extras, muito menos seguro de acidente de trabalho ou adicional de atividade penosa, insalubre ou perigosa, tampouco tem direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, que unificou os Ministérios das Três Forças Singulares, destacou-se a necessidade de integrar e padronizar suas intervenções nas áreas de Assistência Militar e Civil. Apoiadas em estruturas sociais fortes e desenvolvidas, as Forças Armadas atuam nas chamadas ações cívicas - sociais (Acisos), que ajudam a melhorar a realidade de diversas comunidades, tanto nas áreas médicas como sanitárias, educacionais e de infraestrutura. No Exército, a assistência social se confunde com a prática assistencialista existente no Brasil, intensificando-se em 1947 para atender as famílias dos pracinhas que combateram na Segunda Guerra Mundial. Em consequência, foi criada a primeira organização pública com representação em todo o território nacional, conhecida como Legião Brasileira de Assistência - LBA.

Em todo o país o Exército presta serviços sociais, desde às populações indígenas aos retirantes nordestinos. Nesta região, então, os generais que apoiam o presidente eleito querem um maior protagonismo das forças Armadas para tentar acabar com o uso demagógico da população carente por parte de alguns partidos políticos, sempre voltados à exploração política dos necessitados.

Desde quando o Comando Militar do Nordeste do Exército esteve sob a responsabilidade do general Artur Costa Moura, essas ações sociais foram intensificadas. E agora que essa região militar está sob o comando do general Marco Antônio Freire Gomes, essas atividades sociais estão sendo colocadas num programa que será encaminhado ao presidente eleito visando a atuação dos militares em duas frentes: o abastecimento por meio de carros-pipa em regiões carentes de água e o fornecimento de serviços nas áreas de saúde e educação.

Segundo os dados oficiais do programa, o abastecimento da água em lugares distantes que sofrem com a seca poderá beneficiar quase 4 milhões de nordestinos. O levantamento foi feito pelo Comando Operacional do Exército, responsável por esse setor. O programa alcança ainda algumas regiões de Minas Gerais e Espírito Santo.

Quanto à prestação dos serviços sociais no norte e nordeste, intensificando os serviços na saúde, na infraestrutura e na educação, as forças armadas preferem ajudar na alfabetização

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUPORA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2018—Aquisição e fornecimento parcelado de pão, destinados a merenda escolar dos alunos do município de Botupora, de forma complementar, conforme termo e condições contidas em edital e seus anexos. Abertura: 14/11/2018, às 09:00horas. Editais/Informações: <http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/botupora/> e sede da Prefeitura situada na Praça João Borges Figueiredo, nº 200, Centro, Botupora - Bahia, das 08 às 12 horas. Botupora - BA, 31/10/2018. Assis Lessa Azevedo, Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA ABADEF

A Associação Baiana de Deficientes Físicos - ABADef, representada por sua Presidente, no uso de suas atribuições, seguindo as normas do Código Civil Brasileiro e cumprido as Normas do seu Estatuto, convoca seus associados para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, exclusivamente convocada para a realização das eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal desta entidade, Quadrângulo 2019/2022, que será realizada no dia 01.12.2018 sábado, das 9:00 às 17:00 horas, em nossa sede localizada na Av. Sete de Setembro Passeio Público, Campo Grande - Salvador - Ba, Salvador, 01 de Novembro de 2018. Maria Luiza Costa Câmara - Presidente da Abadef.

EXERCÍCIO
BRASILEIRO
DE DEPÓSITO DE
SUPRIMENTO

MINISTÉRIO DA
DEFESA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2018 - UASG: 160038

1.1. PROCESSO Nº 0080611.00003511/2018-12-6º D Sup - Registro de preços para eventuais aquisições de materiais permanentes para uso médico e odontológico, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: dia 14/11/2018
Horário: 10:00 (horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br

SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018 (SJDHDS/SAS)

O Pregoeiro Oficial da SJDHDS - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, Lei federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/06; Decreto federal nº 3.555/2000; Decreto federal nº 5.450/2005 e disposições do Edital de Licitação, torna público o resultado da licitação acima referenciada. Objeto: Aquisição de materiais Eletrodomésticos, Eletrônicos e Móveis para implantação das unidades Regionais de Acolhimento do SUAS, no âmbito da proteção social especial - BB nº 737599. **Empresas Adjudicatárias:** TRANSPORTES JULIA E COMERCIO LTDA - LOTES 01, 02, 10 E 11. VALOR TOTAL R\$60.029,64 (SESSENTA MIL E VINTE E NOVE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS); JLM DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - LOTE 04. VALOR TOTAL R\$43.960,80 (QUARENTA E TRÊS MIL NOVENTOS E SESENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS). Os lotes 03, 05, 06, 07, 08, 09 E 12 RESTARAM FRACASSADOS. Critério de Julgamento: menor preço por lote. Salvador - BA, 31/10/2018 Michel Machado Blohem Monteiro. Pregoeiro Oficial da SJDHDS.

HOMOLOGAÇÃO

O Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso VI do art. 8º do Decreto 5.450/2005, homologa o resultado do Pregão Eletrônico nº 002/2018, para o objeto adjudicado supramencionado.

Salvador - BA, 31/10/2018. Paulo Cezar Lisboa Cerqueira - Secretário Interino.